		no II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	
PORTARIA Nº 5.506	DJE; 04/06/2018	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da Comarca de Governador Valadares, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 5.506 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.507	DJE; 04/06/2018	Revoga o art. 3º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.295, de 2 de abril de 2018, que "institui e regulamenta o Sistema de Cálculo de Débitos Judiciais - CADEJ e dá outras providências".	Port. 5.507 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.508	DJE; 04/06/2018	Determina a realização de Inspeção Técnica na 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais e na 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Esperança, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 5.508 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.509 (EXTRATO)	DJE; 04/06/2018	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 5.509 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.514	DJE; 06/06/2018	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Patrocínio.	Port. 5.514 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.515	DJE; 06/06/2018	Altera o art. 1º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.506, de 4 de junho de 2018, que "determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da Comarca de Governador Valadares, para fiscalização dos serviços do foro judicial".	Port. 5.515 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.516 (EXTRATO)	DJE; 06/06/2018	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	Port. 5.523 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.517	DJE; 06/06/2018	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Ipatinga.	Port. 5.517 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.518	DJE; 07/06/2018	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 4.656, de 16 de dezembro de 2016, que designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Manga.	Port. 5.518 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.519	DJE; 07/06/2018	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Manhumirim e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 4.635, de 7 de dezembro de 2016.	Port. 5.519 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.520	DJE; 07/06/2018	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Inhapim e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 4.829, de 18 de abril de 2017.	Port. 5.520 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.521	DJE; 08/06/2018	Regulamenta a implantação do Sistema de Intimação pelo aplicativo de mensagens "WhatsApp", para a intimação das vítimas, nas Varas Especializadas em Violência Doméstica contra a mulher.	Port. 5.521 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.522 (EXTRATO)	DJE; 08/06/2018	Altera a Port. 5.432/2018.	Port. 5.522 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.523 (EXTRATO)	DJE; 08/06/2018	Altera a Port. 5.229/2017.	Port. 5.523 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e BibliotecaSugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*

+++++

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5.526/CGJ/2018**

Disciplina a transferência física, o funcionamento e a suspensão de expediente forense externo e dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam nas 1ª e 2ª Varas Regionais do Barreiro e na 11ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial do Barreiro e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o Macrodesafio 9 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, que prescreve a utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional que envolve o estabelecimento de uma cultura de redução de desperdícios de recursos públicos de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TJMG;

CONSIDERANDO que, em consonância com esse Macrodesafio 9, a Presidência do TJMG vem traçando diretrizes para diminuir os custos, dentre eles a reorganização predial da Primeira e da Segunda Instâncias, visando ao cumprimento da meta de redução de, no mínimo, 10% (dez por cento) dos gastos com locação de imóveis;

CONSIDERANDO que os prédios nos quais se encontravam instalados o Fórum Regional e o Juizado Especial do Barreiro já não estavam atendendo adequadamente às necessidades da Justiça;

CONSIDERANDO que foram finalizadas as obras no novo prédio e que está agendada para 21 de junho de 2018 a cerimônia de inauguração das novas instalações do Barreiro;

CONSIDERANDO a necessidade de executar a mudança com segurança, no menor período de tempo possível, e de forma a causar mínimo impacto na rotina forense;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0063538-50.2017.813.0024,

RESOLVE:

Art. 1º A transferência física das 1ª e 2ª Varas Regionais do Barreiro e da 11ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial do Barreiro, dos antigos endereços, respectivamente, Avenida Sinfrônio Brochado, nº 853, e Avenida Sinfrônio Brochado, nº 802, para o novo edifício, localizado na Rua Flávio Marques Lisboa, nº 466, Bairro Barreiro, assim como o funcionamento daquelas unidades judiciárias durante o período de mudança serão regulamentados por esta Portaria.

Art. 2º Para os fins previstos no art. 1º desta Portaria, o expediente forense externo e os prazos processuais relativos aos feitos que tramitam nas 1ª e 2ª Varas Regionais do Barreiro e da 11ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial do Barreiro ficam suspensos, no período de 15 a 20 de junho de 2018.

§ 1º Os prazos processuais, que se iniciarem ou se findarem durante o período previsto no caput deste artigo, ficam prorrogados para 21 de junho de 2018.

§ 2º As petições e os demais documentos, relativos aos feitos que tramitam nas 1ª e 2ª Varas Regionais do Barreiro e da 11ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial do Barreiro, poderão ser normalmente protocolizados durante o período de suspensão de prazo, observado o seguinte cronograma:

I - em 15 de junho de 2018: nos endereços antigos do Fórum Regional do Barreiro: Avenida Sinfrônio Brochado, nº 835, e do Juizado Especial do Barreiro: Avenida Sinfrônio Brochado, nº 802, ambos no Bairro Barreiro;

II - no período de 18 a 20 de junho: no novo endereço: Rua Flávio Marques Lisboa, nº 466, Bairro Barreiro.

§ 3º Durante o período de suspensão de prazos previsto no caput deste artigo, as petições e os documentos de natureza urgente deverão ser apresentados diretamente ao respectivo juiz de direito e/ou ao escrivão judicial, que deverão manter atendimento nos locais e horários definidos no cronograma descrito no § 2º deste artigo.

Art. 3º As audiências eventualmente previstas para ocorrerem em datas coincidentes com o período de suspensão de prazos previsto nesta Portaria serão oportunamente redesignadas.

Art. 4º Os casos omissos serão disciplinados pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria e Diretor do Foro da Capital.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2018.

(a) Desembargador ANDRÉ LEITE PRAÇA
Corregedor-Geral de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA Nº 5.527/CGJ/2018

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, resolve instaurar Sindicância Administrativa em desfavor de A.G.L., para apuração dos fatos noticiados nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0007531-76.2018.8.13.0000 e nº 0007538-68.2018.8.13.0000, designando as servidoras efetivas e estáveis Juliana Macedo Pessoa Calazans e Denise Oliveira Rocha, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Sindicante que deverá iniciar e ultimar, nos prazos e forma legais, os trabalhos atinentes ao procedimento, observados os ditames da lei.